

HABEAS CORPUS Nº 489.940 - SP (2019/0016957-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JULIO CESAR VALESE - SP302067
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEANDRO PAULO RAIMUNDO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de LEANDRO PAULO RAIMUNDO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado de Execução Penal n. 9000377-86.2018.8.26.0032).

Os autos dão conta de que o Juízo da 2ª Vara das Execuções Criminais e Infância e Juventude da Comarca de Araçatuba/SP unificou as penas impostas nas execuções 01/03, fixou o regime fechado para o cumprimento das penas impostas nas mencionadas execuções e estabeleceu a data da última prisão ou a falta grave como termo inicial para fins de progressão de regime (e-STJ fls. 13/14).

Irresignado, o Ministério Público estadual interpôs recurso de agravo em execução perante o Tribunal de origem, que lhe deu parcial provimento "*para determinar o reinício do lapso temporal, a partir da data da última prisão ou falta grave, também para fins de livramento condicional*" (e-STJ fl. 22). Eis a ementa do mencionado acórdão (e-STJ fl. 17):

Agravo em execução. Decisão da origem que, ao unificar as penas impostas ao sentenciado em execuções distintas, fixou o regime fechado e determinou a atualização do cálculo de penas para fins de benefícios, considerando-se como termo inicial a existência de nova prisão ou falta grave para fins de progressão de regime. Inconformismo ministerial. Cometimento de novo crime que configura marco inicial para contagem de tempo de benefícios, exceto indulto e comutação de penas (Súm. nº 535 do C. STJ). Precedentes fortes na jurisprudência. Agravo parcialmente provido, para determinar o efeito interruptivo para fins de obtenção de livramento condicional.

No presente *writ*, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo afirma que "*a autoridade coatora, ao determinar o reinício da contagem do lapso para fins de livramento condicional praticou ato ilegal, ferindo o direito de ir e vir do paciente. Não*

há qualquer amparo legal para a interrupção da contagem dos prazos para concessão desse direito, em prejuízo de todo o tempo de pena já cumprido" (e-STJ fl. 10).

Alega que "o artigo 118 da LEP apenas dispõe que a pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva quando o condenado praticar falta grave. Em nenhum momento este artigo (ou qualquer outra disposição legal) estabelece, ainda que de forma indireta, o 'reinício da contagem do prazo para concessão de benefícios'. Como assim não o fez, não pode o aplicador do direito criar uma sanção utilizando-se de interpretação extensiva ou analogia. Agindo assim, estar-se-á criando uma causa interruptiva do prazo para livramento condicional sem previsão legal" (e-STJ fls. 10/11).

Por isso, requer "a concessão da presente ordem de habeas corpus, a fim de anular a decisão proferida pela autoridade coatora, determinando a não interrupção do prazo para fins de livramento condicional" (e-STJ fl. 12).

Foram prestadas as informações (e-STJ fls. 31/56).

O Ministério Público Federal, ao se manifestar opinou "pela concessão da ordem, para afastar a interrupção do prazo para a concessão do benefício de livramento condicional como consequência da unificação das penas" (e-STJ fls. 58/61).

É, em síntese, o relatório.

No caso dos autos, o Juízo da 2ª Vara das Execuções Criminais e Infância e Juventude da Comarca de Araçatuba/SP unificou as penas impostas nas execuções 01/03, fixou o regime fechado para o cumprimento das penas impostas nas mencionadas execuções e estabeleceu a data da última prisão ou falta grave como termo inicial para fins de progressão de regime (e-STJ fls. 13/14).

O Tribunal de origem, ao dar parcial provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público estadual, determinou que o marco inicial para o livramento condicional também fosse alterado para a data da última prisão ou falta grave. Eis os fundamentos adotados pelo mencionado acórdão (e-STJ fls. 36/40):

O sentenciado cumpria pena quando, durante o curso da execução, sobreveio nova condenação.

Diante disso, a origem determinou a unificação das execuções, com a

fixação do regime prisional fechado e a atualização do cálculo das penas para fins de benefícios, com termo inicial coincidente com a data da última prisão ou falta grave para fins de progressão de regime (f. 14/15).

Entretanto, a r. decisão deixou de determinar a interrupção do lapso para efeito de livramento condicional, comutação e indulto.

E é exclusivamente contra esse aspecto que parece se insurgir o Parquet.

Em boa hora, em parte, o recurso ministerial.

Conforme entende a jurisprudência, a superveniência de nova condenação interrompe a data para concessão de benefícios, a qual tem como termo inicial o trânsito para o Ministério Público.

[...]

Com efeito, na determinação do cálculo para fins de benefícios, a nova data-base deve ser entendida como a do trânsito em julgado para o Ministério Público, o que é a medida coerente e cabível, visto a orientação jurisprudencial.

O argumento da Colenda Máxima Corte é o tratamento isonômico que se deve manter entre os condenados ao cumprimento de pena em regime fechado, em relação aos condenados em outros regimes que, se praticarem novos crimes – ou, de igual modo, faltas graves –, deverão regredir, tendo, consequentemente, que cumprir o lapso aquisitivo novamente.

Aplica-se, com efeito, a mesma sistemática aplicável no que diz à interrupção do lapso temporal de aquisição de benefícios na hipótese de cometimento de falta disciplinar de natureza grave.

[...]

Pois bem.

A discussão travada nos autos cinge-se à extensão do efeito interruptivo, já determinada quanto à progressão de regime, ao livramento condicional, à comutação e ao indulto.

Com efeito, de rigor a extensão da interrupção do lapso também para fins de livramento condicional, nos moldes propostos pelo Ministério Público, que se acolhe parcialmente, apenas quanto àquele benefício.

Nessa hipótese – especificamente quanto ao livramento condicional, portanto –, o efeito interruptivo encontra fundamento na orientação de precedentes do E. Supremo Tribunal Federal (HC nº 100.062, Rel. Min. Marco Aurélio, 1ª Turma, j. 20.abr.2010).

Daí porque, a despeito do teor da Súmula nº 441 do C. Superior Tribunal de Justiça, ele deve ser determinado, data venia.

E não poderia ser outra a solução, até sob pena de se obter resultado incoerente com a interrupção do lapso para fins de progressão de regime, possibilitando que o condenado que não tenha cumprido o período necessário para progredir – isso é, para o menos – já tenha,

entretanto e para o mais, preenchido o requisito objetivo do livramento condicional.

Assim e desde que não extinta a pena, na hipótese de cometimento de novos delitos, como aqui, imprescindível o reinício da contagem do prazo para fins de livramento condicional.

Por outro lado, e nos exatos moldes do entendimento recentemente sumulado pela Súmula nº 535 do C. Superior Tribunal de Justiça, o mesmo efeito interruptivo não se estende ao indulto e à comutação de penas, benefícios cujos requisitos são os previstos, com exclusividade, em Decreto Presidencial:

Súmula 535: “A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.”

[...]

Daí porque não se acolhe o recurso ministerial nesse ponto.

Por fim, no que diz ao termo inicial determinado para a contagem de benefícios, a despeito do entendimento jurisprudencial acima mencionado, mantém-se a data do último crime ou prisão, tal fixada pela origem, pois é medida mais benéfica ao sentenciado e não foi objeto de impugnação recursal do Parquet.

POSTO, mantido o mais decidido, dá-se parcial provimento ao agravo, para determinar o reinício do lapso temporal, a partir da data da última prisão ou falta grave, também para fins de livramento condicional.

Com efeito, até pouco tempo, esta Corte Superior de Justiça tinha o entendimento de que, sobrevindo nova condenação ao apenado no curso da execução da pena – por crime anterior ou posterior –, o marco inicial para a obtenção de novos benefícios executórios seria o trânsito em julgado da nova condenação.

No entanto, em julgamento finalizado na sessão do dia 22/2/2018, a Terceira Seção, ao apreciar o Recurso Especial n. 1.557.461/SC, da relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, alterou esse entendimento para concluir que a superveniência do trânsito em julgado da sentença penal condenatória não serve de marco inicial para a concessão de novos benefícios na execução, não podendo, assim, ser desconsiderado o período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta grave.

A propósito, confira-se a íntegra da ementa do mencionado acórdão:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE

PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso não provido (DJe de 15/3/2018, grifei).

Nesse mesmo sentido, ainda, o seguinte precedente:

HABEAS CORPUS SUBMETIDO À TERCEIRA SEÇÃO. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE NOVA SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO INICIAL PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito à regressão a regime de cumprimento de pena

mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal. Em vez de haver o cumprimento progressivo de cada pena individualmente, há a soma do total de penas a serem cumpridas para que o apenado as cumpra de forma conjunta.

2. Inexiste respaldo legal para a alteração da data-base a fim da concessão de futuros benefícios na execução em razão da unificação das penas.

3. A execução da pena não se inicia apenas com a superveniência do título judicial exequível. Já se admite a execução provisória nas hipóteses de existência de prisão cautelar e, atualmente, quando há a confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça/Tribunal Regional e não há prisão preventiva.

4. Acarreta evidente excesso de execução a desconsideração do tempo de prisão antes do trânsito em julgado da nova condenação.

5. Ordem concedida, de ofício, para cassar o acórdão proferido no agravo em execução penal e restabelecer a decisão do Juízo da execução, proferida em 4/3/2016 (HC 381.248/MG, relator para o acórdão o Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe de 3/4/2018, grifei).

Dessa forma, na linha da recente orientação jurisprudencial desta Corte, sobrevindo nova condenação no curso da execução, deverá o juízo da execução realizar a unificação das penas impostas ao sentenciado, no entanto, não poderá, diante da ausência de previsão legal, considerar o trânsito em julgado da nova condenação como marco inicial para novos benefícios.

Note-se que, mesmo antes de promover essa alteração, esta Corte tinha o entendimento de que a superveniência de nova condenação no curso da execução da pena acarreta a unificação das penas e a interrupção do prazo para obtenção de novos benefícios da execução penal, **exceto quanto ao livramento condicional, ao indulto e à comutação da pena.**

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA CONDENAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Este Superior Tribunal possui o entendimento pacífico de que a superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas, fixando-se como novo termo a quo para a concessão de futuros benefícios a data do trânsito em julgado da

superveniente sentença condenatória, sendo irrelevante que o crime tenha sido praticado antes ou depois do início da execução da pena.

2. Verificada a superveniência de nova condenação no curso da execução da pena, é imperiosa a interrupção do lapso temporal, com a consequente recontagem do prazo para a concessão de novos benefícios (exceto para fins de livramento condicional, indulto e comutação de penas), tendo como termo inicial a data do trânsito em julgado do novo decreto condenatório.

3. Agravo regimental não provido (AgRg no RHC 36.946/RN, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 26/03/2015, grifei).

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. INDULTO. DECRETO N. 7.046/09. NOVA CONDENAÇÃO NO CURSO DO CUMPRIMENTO DA PENA. REINÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PARA OBTENÇÃO DE BENEFÍCIOS, EXCETO PARA INDULTO, COMUTAÇÃO DE PENA E LIVRAMENTO CONDICIONAL. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

- O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, passou a inadmitir habeas corpus substitutivo de recurso próprio, ressaltando, porém, a possibilidade de concessão da ordem de ofício nos casos de flagrante constrangimento ilegal.

- É pacífico o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça que a superveniência de nova condenação no curso da execução da pena acarreta a unificação das penas e a interrupção para obtenção de novos benefícios da execução penal, exceto indulto, comutação da pena e livramento condicional. Precedentes.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, para determinar que o Juízo da Vara de Execuções reaprecie o pedido de indulto, sem considerar a data do trânsito em julgado da nova condenação como marco interruptivo para concessão do benefício (HC 193.668/SP, Rel. Ministro Ericson Marinho, Desembargador Convocado do TJ/SP, Sexta TURMA, DJe de 04/09/2015, grifei).

Portanto, mesmo antes da recente alteração jurisprudencial, a superveniência de nova condenação não tinha o condão de interromper o prazo para concessão do livramento condicional.

Ante o exposto, **concedo a ordem** para cassar o acórdão proferido no julgamento do Agravo de Execução Penal n. 9000377-86.2018.8.26.0032 e, consequentemente, restabelecer a decisão de primeiro grau.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

